

2008



45 distribuindo energia para o desenvolvimento.

45 ANOS São mais de quatro décadas distribuindo energia que movimenta uma região inteira. Ao longo dos anos, construímos um passado de orgulho e da maneira mais simples: mantendo a nossa atenção no bem-estar do associado e consumidor. É com essa visão que todos nós, da Cooperaliança, unimos forças em busca de nossos projetos e sonhos. Só quem teve um passado de orgulho, preserva um presente de sucesso, e pode garantir um futuro promissor.

0800 484040 - www.cooperalianca.com.br



COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

COOPERALIANÇA

INSC. 251.095.800

CNPJ 83.647.990/0001-83

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5	4.5 Vistorias	20
CARTA DO PRESIDENTE	6	4.6 Iluminação pública	20
1 CONJUNTURA ECONOMICA.....	7	4.7 Plantão 24 horas.....	20
1.1 Ambiente Macroeconômico	7	4.8 Aferições de medidores.....	21
1.2 Ambiente Regulatório	7	4.9 Análise de projetos elétricos	21
1.3 Tarifas de Energia.....	7	4.10 Balanço energético - janeiro a	
1.4 Investimento Remunerável	7	dezembro/2008.....	21
2 DESEMPENHO OPERACIONAL	8	5 PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES – 2009... 22	
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	8	5.1 Suprimento de energia.....	22
2.2 Ligações de Consumidores.....	8	5.1.1 Içara – Centro	22
2.4 Comportamento do mercado	9	5.1.2 Içara - Bairros	22
2.5 Distribuição direta por classe de		5.1.3 Içara - Rural.....	22
consumo	9	5.1.4 Içara – Balneários e Lagoas	22
2.6 Receita	10	5.1.5 Içara – Projeto Subestação 69 KV ...	22
2.7 Tarifas	11	5.2 Características técnicas e operacionais	
2.8 Qualidade do fornecimento	11	22
2.9 Tecnologia da informação	12	5.2.1 Alimentador Iça 02.....	23
2.10 Novos negócios	12	5.2.2 Alimentador Iça 03.....	23
2.11 Desempenho econômico-financeiro.....	12	5.2.3 Alimentador Iça 04	23
2.12 Investimentos	13	5.2.4 Alimentador Iça 05	23
2.13 Captações de recursos	13	5.2.5 Alimentador Iça 07	23
2.14 Valor adicionado.....	13	5.2.6 Alimentador JVA 01	23
2.15 Políticas de reinvestimento e		5.3 Obras em alimentadores	24
distribuição de sobras	14	5.4 Obras em redes de baixa tensão	24
2.16 Composição das quotas do capital		5.4.1 Içara – Sangão – Araranguá -	
social	14	Jaguaruna	24
2.17 Comportamento do preço das quotas		5.4.2 Aquisição de equipamentos.....	24
.....	14	6 AUDITORES INDEPENDENTES..... 25	
2.18 Atendimento a associados e		7 AGRADECIMENTOS	26
consumidores	14	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
3 GESTÃO.....	15	BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	27
3.1 Planejamento empresarial	15	BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	28
3.2 Recursos humanos	15	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	29
3.3 Responsabilidade social.....	15	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO	
3.4 Responsabilidade ambiental.....	15	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
3.5 Concessionária em números	15	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31
3.5.1 Atendimento	15	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR	
3.5.2 Mercado.....	16	ADICIONADO – DVA.....	32
3.5.3 Dados Operacionais	16	NOTAS EXPLICATIVAS	33
3.5.4 Dados Financeiros	16	1 CONTEXTO OPERACIONAL	33
3.5.5 Indicadores de Desempenho	16	2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES	
3.6 Área de Concessão	17	FINANCEIRAS	33
4 DESEMPENHO COMERCIAL	18	3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	34
4.1 Construção de redes.....	18	4 ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO	36
4.2 Subestações	19	4.1 CONSUMIDORES	36
4.3 Alimentadores	20	4.2 FORNECEDORES.....	37
4.4 Loteamentos	20		



4.3 BAIXA RENDA.....	37	29.1 Capital social.....	46
5 DISPONIBILIDADES	37	29.2 Reservas de capital.....	46
6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	37	29.3 Reserva de sobras.....	46
7 CONSUMIDORES.....	37	30 FORNECIMENTO DE ENERGIA.....	47
8 RENDAS A RECEBER.....	39	31 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.....	47
9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	39	32 DESPESAS OPERACIONAIS	48
10 DEVEDORES DIVERSOS.....	39	33 RESULTADO FINANCEIRO	48
11 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	40	34 RESULTADO NÃO OPERACIONAL	48
12 OUTROS CRÉDITOS	40	35 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	49
13 ESTOQUE.....	40	36 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS.....	49
14 SERVIÇOS EM CURSO	40	37 PLANO DE SAUDE E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	49
15 INVESTIMENTOS	40	38 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	50
16 IMOBILIZADO	41	39 SEGUROS.....	50
17 INTANGIVEL	42	40 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*).....	50
18 DIFERIDO	42	41 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE	50
19 FORNECEDORES	43	42 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS.....	50
20 FOLHA DE PAGAMENTO.....	43	42.1 CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	50
21 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ...	43	42.2 FATORES DE RISCO.....	51
22 CREDORES DIVERSOS	43	42.3 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	52
23 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS.....	44	43 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	52
24 TAXAS REGULAMENTARES.....	44	PARECER DO CONSELHO FISCAL	53
25 OUTRAS CONTAS A PAGAR	44	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	54
26 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS	44	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	55
27 PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS	45	BALANÇO SOCIAL – 2008.....	55
27.1 Fiscais.....	45	ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE	55
27.2 Trabalhistas.....	45		
27.3 Taxas.....	45		
28 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS	46		
29 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46		



PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE.....	55	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2008.....	59
FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO ...	55	EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	60
PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D.....	56	ATA DA ASSEMBLEIA GERAL	61
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	56	PARTICIPAÇÕES.....	65
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2008	58		

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ASSOCIADOS,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias a administração da Cooperativa Aliança submete a apreciação, relatório das principais atividades no exercício de 2008, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societárias brasileiras comparadas ao mesmo período de 2007 acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal e auditores independentes acrescida do balanço social.

Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado - DVA, instrumentos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança a sociedade, associado e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

CENÁRIO

A Cooperativa Aliança atua no mercado cativo de distribuição e comercialização de energia elétrica, atendendo plenamente as demandas de seu mercado consumidor com padrões de qualidade e eficiência operacional aproveitando seu potencial associativo e acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 45 anos de existência.

O bom desempenho da economia nacional é a localização privilegiada de nossa área de atuação em sua parte cortada de norte a sul pela Rodovia Federal BR 101 teve um bom reflexo sobre a demanda por energia elétrica advindas do crescimento de consumo e implantação de unidades produtivas em nossa área de concessão resultando na venda ao mercado consumidor de 139.032 mwh com crescimento de 8,40% em relação ao exercício de 2007.

O destaque de 2008 foi à classe de consumo industrial com o expressivo incremento de 13,90% comparado a 2007, a classe comercial obteve crescimento de 7,54%, seguida da classe Rural com 6,84%.

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 1.526 mil que foram aplicadas no atendimento ao crescimento de mercado e na melhoria da confiabilidade operacional do sistema elétrico, envolvendo aquisição de veículos e adequações as instalações prediais e de desenvolvimento do quadro profissional.

O reconhecimento do público com relação às medidas adotadas pela concessionária para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado pela conquista pela sétima vez consecutiva o prêmio “**Destaque Içarense de 2008**”, promovido pelo Jornal Içarense como melhor Empresa de distribuição de Energia do Município de Içara e “**Empresa de maior evolução nacional no grupo das pequenas concessionárias**” (Menos de 40 mil consumidores instituída pela Revista Eletricidade Moderna).

A preservação do meio ambiente e tema de debate durante todo o exercício entre direção, colaboradores e associados.

O comprometimento social pode ser avaliado pelas atividades apresentadas no balanço social que demonstra o caráter de empresa cidadã com envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios da concessão.

A meta da administração continua sendo buscar incessantemente melhores condições sociais e de fornecimento ao grupo de associados e consumidores de sua área de atuação com tarifas reduzidas de forma a promover o desenvolvimento.

1 CONJUNTURA ECONOMICA

1.1 Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira no ano de 2008 apresentou duas realidades distintas observando-se que até setembro o crescimento econômico era expressivo se confrontado com o ano anterior diferenciando dos países desenvolvidos que já mostravam desaceleração desde o final de 2007 (crise nos Estados Unidos e União Européia). No Brasil após setembro sustentado por uma crise de confiança a economia mostra sinais de recessão combatidos pelo governo com queda de juros liberação de compulsórios e corte de impostos e outros incentivos financeiros de modo que os efeitos da crise mundial tenham chance de ser menores e com superação mais rápida que nos países desenvolvidos.

1.2 Ambiente Regulatório

O ano foi marcado pela homologação do (IRT) índice de reajuste tarifário anual que resultou em um reposicionamento tarifário de -3,78% aos consumidores do Grupo “A” e de -0,85% ao Grupo “B” com efeitos ao consumidor apresentado na resolução homologatória nº 602 de 22 de janeiro de 2008.

O aspecto em destaque no exercício foi o esforço da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em consolidar o arcabouço regulatório em vigor representado pelo conjunto de atos normativos resultando na publicação da Resolução Normativa nº 345/08 que estabelece os conceitos e metodologias aplicáveis ao 2º ciclo de Revisão tarifária das distribuidoras representando um aprimoramento da Resolução Normativa 234/06.

A nova metodologia reconhece os investimentos necessários à incorporação de redes particulares via cálculo do fator X, garantindo a cobertura tarifária para regularização destes ativos.

A Resolução ANEEL 345/08 que estabelece os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST disciplinando o relacionamento entre os agentes conectados ao setor elétrico brasileiro.

Finalmente foi publicado o decreto federal nº 6.353/08 que regulamentou a contratação da energia elétrica de reserva, prevista na lei nº 10.848/04.

1.3 Tarifas de Energia

A cooperaliança preocupada com o aumento tarifário simulado para a data do Índice de Reajuste tarifário anual – IRT (fevereiro de 2009) solicitou concatenação e antecipação da data da revisão tarifária com a da supridora Celesc Distribuição S/A que foi homologada para o dia 14 de agosto de 2009.

1.4 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e almoxarifado de operação deduzida às obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial) resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária demonstrada em nota explicativa.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em 04 dos 293 municípios do Estado, com a uma pequena parcela de 29.792 consumidores dos mais de 1.400.000 atendidos no Estado de Santa Catarina.

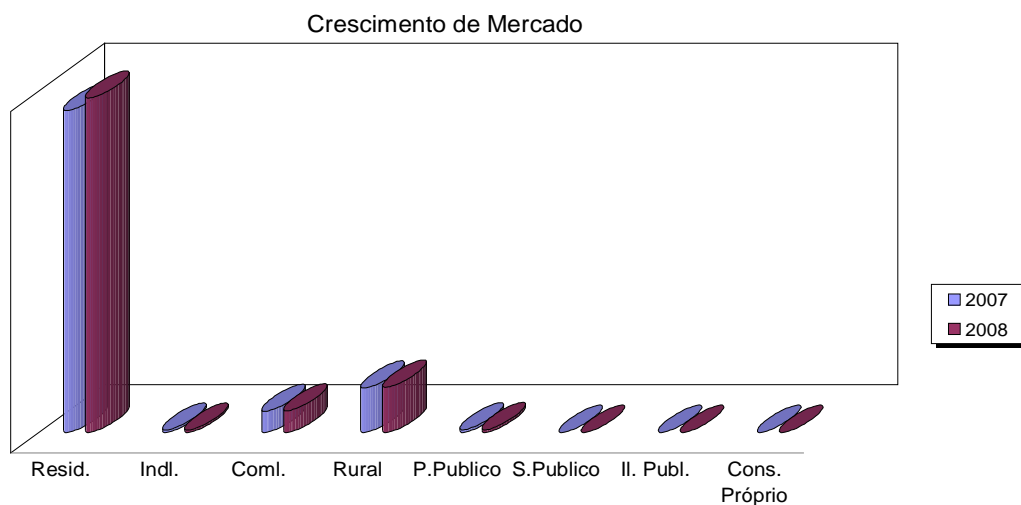
A meta da administração continua sendo buscar incessantemente melhores condições sociais e de fornecimento ao grupo de associados e consumidores de sua área de atuação com tarifas reduzidas de forma a promover o desenvolvimento.

2.2 Ligações de Consumidores

Foram realizadas no ano 1.022 novas ligações sendo residenciais 912, industrial 07, comercial 35, rurais 59, poder público 09 e consumo próprio 01 registrando-se a redução de 01 consumidor na classe iluminação pública.

O número de consumidores faturados em dezembro de 2008 apresentou um crescimento de 3,55% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2008	2007	%
Residencial	24.475	23.563	3,87
Industrial	183	176	3,98
Comercial	1.590	1.555	2,25
Rural	3.316	3.257	1,81
Poder público	207	198	4,55
Iluminação pública	04	05	(20,00)
Serviço público	10	10	00,00
Consumo próprio	07	06	16,67
TOTAL	29.792	28.770	3,55



2.4 Comportamento do mercado

O mercado energético continua atraente porem aponta para uma perspectiva de redução de demanda em função da crise econômica mundial que apresentara efeitos expressivos no ano de 2009 e subseqüentes, justificando insegurança ao setor elétrico e aos demais setores da economia nacional e mundial.

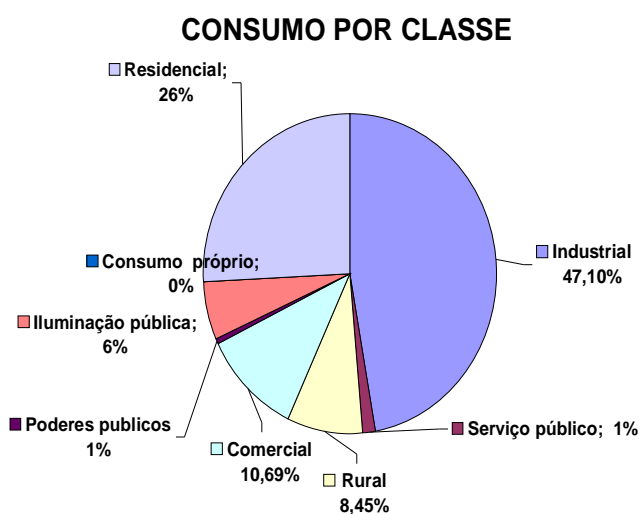
2.5 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica no mercado cativo na área de atuação da concessionária no ano 2009 foi de 139.032 megawatts-hora, registrando um crescimento de 8,40% em relação à 2008.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foi à classe industrial e comercial. A Classe Industrial resultante da implantação de novos empreendimentos produtivos das mais variadas atividades que significa solidez e desenvolvimento aos municípios e a classe Comercial apresentou aumento no consumo de energia elétrica determinado pelo impulso do crescimento industrial fomentando renda e consumo.

A seguir resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Classe	2008	2007	%
Residencial	35.879	35.081	2,27
Industrial	65.485	57.490	13,90
Comercial	14.868	13.915	7,54
Rural	11.745	11.081	6,84
Poderes Públicos	949	932	1,82
Serviços Públicos	2.029	2.095	(3,15)
Iluminação Pública	7.980	7.564	5,48
Consumo Próprio	97	103	(6,79)
TOTAL	139.032	128.261	8,40



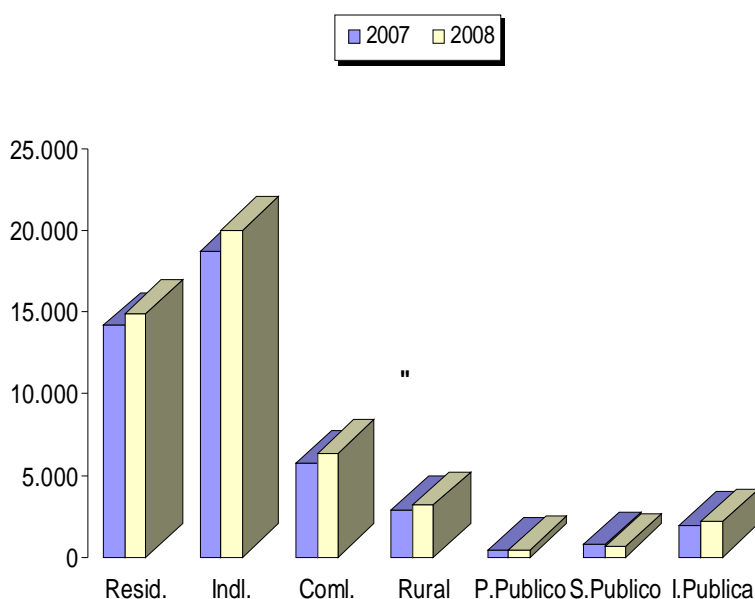
2.6 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 35.351 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2008	2007	%
Residencial	14.937	14.193	5,24
Industrial	20.029	18.733	6,92
Comercial	6.383	5.712	11,75
Rural	3.166	2.925	8,24
Poderes públicos	425	404	5,20
Iluminação pública	2.149	1.994	7,77
Serviço público	624	736	(15,22)
Consumo próprio	-	50	(100)
Compensação baixa renda	1.082	(85)	1.373
Passivo regulatório Res. 243	262	4.861	(94,61)
Sub-Total	49.057	49.523	(0,94)
Serviços	114	97	17,53
Outras receitas	300	378	(20,63)
Sub-total	49.471	49.998	(1,05)
ICMS	9.942	8.970	10,84
PIS/COFINS	238	225	5,78
Devoluções	903	1.932	(53,26)
RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	3.037	2.581	17,67
TOTAL	35.351	36.290	(2,59)

10

RECEITA LIQUIDA



2.7 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro da Cooperativa Aliança foi de R\$ 286,19 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2008 - R\$/MWH	2007 - R\$/MWH
Residencial	347,46	338,68
Industrial	228,09	222,89
Comercial	318,90	311,99
Rural	225,06	220,68
Poder público	361,68	354,56
Serviço público	230,50	263,50
Iluminação pública	202,02	197,70
Consumo próprio	375,81	364,24
MÉDIA	286,19	284,28

11

Composição da tarifa	Resid.	Indl.	Coml.	Rural	Poder Público	Ilumin. Pública	Outros
Impostos	69,59	73,35	106,24	44,82	87,06	67,34	80,02
PIS	0,80	0,03	0,40	0,20	1,35	0,00	0,17
COFINS	3,67	0,16	1,86	0,92	6,23	0,00	0,81
ICMS	65,22	73,16	103,98	43,70	79,48	67,34	79,04
Taxas	22,32	22,32	22,32	22,32	22,32	22,32	22,32
Fiscalização	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48
CCC	8,90	8,90	8,90	8,90	8,90	8,90	8,90
RGR	2,33	2,33	2,33	2,33	2,33	2,33	2,33
CDE	7,54	7,54	7,54	7,54	7,54	7,54	7,54
PEE/P&D	3,07	3,07	3,07	3,07	3,07	3,07	3,07
Total custo/despesas	354,23	205,77	296,57	201,42	339,35	179,53	214,80
Custo da energia comprada	158,24	158,24	158,24	158,24	158,24	158,24	158,24
Despesas de pessoal	31,54	31,54	31,54	31,54	31,54	15,77	31,54
Outras despesas operacionais	164,45	15,99	106,79	11,64	149,57	5,52	25,02
Tarifa bruta concessionária. (*)	446,14	301,44	425,13	268,56	448,73	269,19	317,14

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

2.8 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

Ano	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	4,69	4,14	3,74	1,82	0,28	0,28
Jaguaruna	8,71	2,61	5,17	2,55	0,37	0,37
Sangão	9,58	5,15	5,89	2,66	0,45	0,45
Ararangua	6,91	7,30	3,92	5,28	0,36	0,36

2.9 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infra-estrutura).

2.10 Novos negócios

No ambiente empresarial e de mercado em que a concessionária opera, é fundamental assegurar qualidade, como o atendimento pleno de novas necessidades dos consumidores.

Para tanto, a concessionária vem adotando a estratégia de mediante redução de custos, aumentarem sua capacidade de investimento e ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores, alternativas de produtos e serviços, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

O projeto de implantação de subestação própria em tensão de fornecimento de 69 KV é determinante para a manutenção da qualidade e garantia de fornecimento a novas cargas e consumidores.

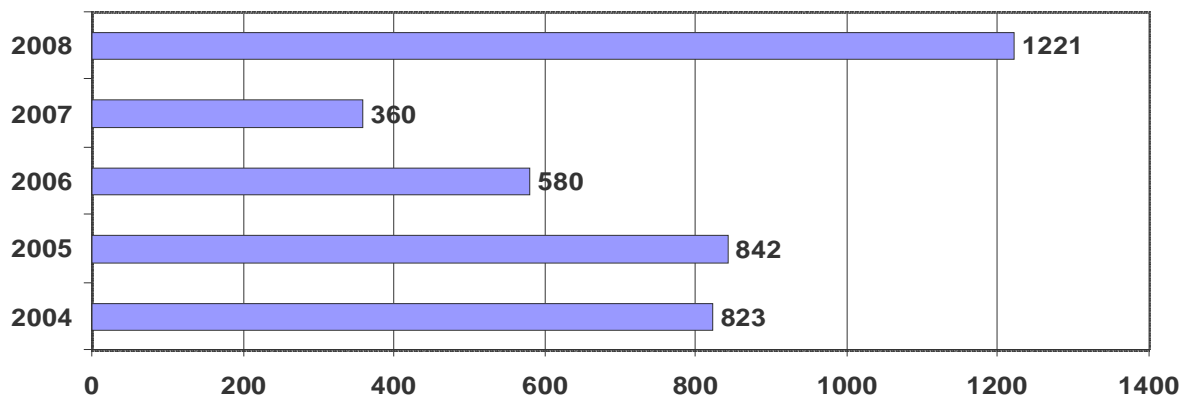
2.11 Desempenho econômico-financeiro

Em 2008 a sobra líquida a disposição da assembleia é de R\$ 1.221mil, contra R\$ 360 mil em 2007, com aumento expressivo 339, 16%, ocorrida pela redução de custos operacionais e aumento de consumo nas diversas classes de fornecimento.

O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição recebe anualmente 50% da sobras líquidas aprovado em assembleia geral extraordinária que deliberou sobre a reforma estatutária.

As despesas operacionais totalizaram em 2008 R\$ 10.392 mil, 8,57% maiores em relação à 2007, resultante de aumento de custos operacionais.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



2.12 Investimentos

Em 2008, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 1.522 mil, 10,93% superiores em relação à 2007, conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2008	2007	%
Obras de Distribuição	1.522	1.372	10,93
TOTAL	1.522	1.372	10,93

2.13 Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a concessionária captou um total de R\$ 1.522 mil em recursos oriundos das sobras do exercício fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

2.14 Valor adicionado

Em 2008, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela concessionária foi de R\$ 22.187 mil, representando 44,85% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.15 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente é garantido à destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas ao **fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.16 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2008 o capital social da concessionária era de R\$1.127 Mil, composto por 1.126.696 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

14

2.17 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do estatuto social aprovado em assembléia geral extraordinária realizada no dia 11 de novembro de 2003.

2.18 Atendimento a associados e consumidores

Primando pela filosofia de manter-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a concessionária coloca à disposição serviço de atendimento instalado na sua sede social, sito a Rua Ipiranga, 333 – Içara – SC, que foi reestruturado e inaugurado no dia 05/12/2008 e na Avenida Leoberto Leal 126, Balneário Rincão distrito do município de Içara – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis 24 horas no dia todos os dias da semana pelos telefones: 0800-484040 pelo sistema DDG (Discagem Direta gratuita) ou também através de Home – page www.cooperalinca.com.br todas as informações de cadastro e consumo, bem como solicitação de serviços não emergenciais.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento empresarial

O êxito que a concessionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da concessionária vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

15

3.2 Recursos humanos

Em 2008 a concessionária investiu R\$ 152 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico e da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, o quadro de empregados da concessionária não apresentou aumento significativo de colaboradores.

3.3 Responsabilidade social

Cada vez mais, a concessionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no balanço social da concessionária.

3.4 Responsabilidade ambiental

A concessionária ciente de suas limitações vem reforçando seu papel de empresa comprometida com o meio ambiente. Em seu comprometimento planeja construção de redes de distribuição sempre evitando a supressão de árvores e florestas conscientizando colaboradores e associados da necessidade de preservar.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2008	2007	%
Número de consumidores	29.792	28.770	3,55
Número de empregados	102	95	7,37
Número de consumidores por empregado	292	303	3,63
Número de postos de atendimento	03	03	00,00

3.5.2 Mercado

	2008	2007	%
Área de concessão (Km ²)	569,21	569,21	00,00
Demanda máxima (MW)	29,700	28,000	6,07
Distribuição direta (MWH)	139.032	128.261	7,66
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,465	1,488	(1,54)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	286,19	284,28	0,67
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	347,46	338,68	2,59
Industrial	228,09	222,89	2,34
Comercial	318,90	311,99	2,21
Rural	225,06	220,68	1,98
Poder Público	361,68	354,56	2
Serviços Públicos	230,50	263,50	(12,52)
Iluminação Pública	202,02	197,70	2,18
DEC (horas) – Conjunto – Içara	4,69	4,14	13,28
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	3,74	1,82	105,49

16

3.5.3 Dados Operacionais

	2008	2007	%
Linhas de distribuição (km)	1.329	1.301	2,15
Capacidade instalada (MVA)	75,35	76,16	(1,06)

3.5.4 Dados Financeiros

	2008	2007	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	49.471	49.998	(1,05)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	35.351	36.290	(2,59)
Margem operacional do serviço líquida (%)	7,31	2,76	4,55
Sobras líquidas (R\$ mil)	1.221	360	239,16
Patrimônio líquido (R\$ mil)	21.717	18.018	20,53
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	58,80	82,93	(24,13)
Em moeda nacional (%)	100	100	-

3.5.5 Indicadores de Desempenho

4 DESEMPENHO COMERCIAL

4.1 Construção de redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Logradouros				
Sanga Funda	600	450	1.230	
Linha do Meio		100	150	
Vila Suíça	60			
Balneário Rincão	1.450	450	5.460	700
Santa Cruz	800	120	500	100
4ª Linha			350	450
Cristo Rei			150	
Centro	1.240	100	310	
Lagoa dos Esteves		450	150	
Pedreiras	1.670	300	650	
Urussanga Velha	500	300	400	
Canal do Norte	100		100	
Barracão	90		670	
Jardim Silvana	730	350		
Esplanada	250	660	300	
Rio dos Anjos	400		100	
Poço 03	1.200		100	
Linha Pasqualine	150			
Rio Acima	400		500	
Lagoa dos Freitas	720		100	
Boa Vista	200		150	
Vila São Jose	120	120	100	100
Corde Bamba	150		350	
Linha Três Ribeirões	1.650	1.850	200	100
Linha Frasson			300	
Vila Nova	600		500	400
Jardim Elizabete	120		100	
3ª Linha	350	150	100	
Bairro Jaqueline	1.800	300	1.160	210
Tereza Cristina	960	200	100	
Vila Alvorada			800	600
Bairro Liri	650		160	
Boa Vista/Coqueiros	600		700	
Loteamento Jussara		150	150	
Raichask	150		100	
TOTAL	17.710	6.050	16.190	2.660

Município de Araranguá	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneária Barra Velha			60	
TOTAL			60	

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneária Esplanada	450		3600	
Torneiro			600	
Linha Correção	250			
Arroio da Cruz	200		150	
Linha Carioca			250	100
TOTAL	900		4.600	100

Município de Sangão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Garganta	250	450	200	200
Sangão	970		850	350
Pontão	300			
Orvalho			30	
Rio dos Veados	300	450	550	700
Morro Azul	350	500	350	200
TOTAL	2.170	1.400	1.980	1.450

Neste período, tivemos um acréscimo em nossos sistemas de distribuição de 7,45 km de Alta Tensão e 20,78 km de Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 4,11 km de Alta Tensão e 22,77 km de Baixa Tensão.

4.2 Subestações

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Balneário Rincão	3-3-75	3-45 P/ 3-75
Pedreiras	3-75; 3-30	
Jardim Elizabete	3-75	
Linha Pasqualine		1-15 P/ 3-75
Linha Três Ribeirões		1-10 P/ 3-30
Linha do Meio	3-45	
Centro	3-45	
Rio dos Anjos		3-225 P/ 1-10
Esplanada	3-30	1-15 P/ 3-30; 3-75 P/ 3-112,5; 3-112,5 P/ 3-150; 3-112,5 P/ 3-150
Bairro Jaqueline	3-45	
Corda Bamba		3-30 P/ 45; 1-15 P/ 45
Vila Nova	3-75	
3ª Linha	1-10; 3-30	
Santa Cruz	3-30; 3-45	
Loteamento Jussara	3-75	
Jardim Silvana	3-45	
Lagoa dos Esteves		3-45 P/ 3-75
Raichask	3-75	
TOTAL / POTENCIA	18 - 805 kVA	11 - 312,5 kVA

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados	Ampliados
Linha carioca	3-30	
TOTAL / POTENCIA	1 - 30 kVA	

Município de Sangão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Rio dos Veados	3-30	
Sangão	3-75; 3-75	
Garganta		3-30 P/ 3-45
TOTAL / POTENCIA	3 - 180 kVA	1 - 15 kVA

Neste período foram implantadas 22 novas subestações e ampliadas mais 12, totalizando 34 subestações, aumentando em 1,34 MVA a Potência Instalada das Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

4.3 Alimentadores

Buscamos realizar as atividades planejadas que permitam a melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica, no atendimento dos consumidores, bem como atender todas as normas, melhorando a qualidade dos serviços conforme resolução 505 de 2001 da Aneel.

4.4 Loteamentos

Obras de melhorias, buscando sempre melhorar a qualidade do sistema de distribuição através de ações de projetos de adequação das redes de distribuição de energia elétrica, com troca de cabos e divisão de circuitos, para atender ao crescimento vegetativo, padronização de tensão conforme normas da Aneel.

4.5 Vistorias

Realização de vistorias nas unidades consumidoras busca reduzir as perdas elétricas do sistema de distribuição, gerenciamento do setor comercial e a normalização dos padrões de medição de energia elétrica e atender a resolução 456/2000 da Aneel, na indústria utilização de medição eletrônica onde permite uma melhor análise dos dados dos consumidores, facilitando os estudos de curva de carga dos consumidores.

4.6 Iluminação pública

A Cooperaliança vem prestando todo o tipo de manutenção e ampliação de redes de iluminação pública fazendo todo o possível no que se refere à iluminação, oferecendo aos consumidores e associados uma iluminação condizente.

4.7 Plantão 24 horas

Durante o período, a Central de Operação e Distribuição "COD" atendeu a 2.103 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica, também orientou os consumidores nos procedimentos de instalação elétrica em novas unidades consumidoras.

4.8 Aferições de medidores

Neste período, foram aferidos 1.516 medidores de energia elétrica, referentes a pedidos de aferição e fiscalização nas unidades consumidoras, atendo as normas de distribuição de energia elétrica.

4.9 Análise de projetos elétricos

Com o objetivo de padronizar as medições de energia elétrica nas instalações, Cooperaliança exige o projeto elétrico das instalações. Área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da rede de distribuição de energia no local onde será instalada a edificação, orientando os consumidores no que for necessária a segurança e a qualidade no fornecimento. Neste período foram analisados 596 projetos sendo, 536 residenciais, 38 comerciais, 14 industriais e 08 loteamentos.

21

4.10 Balanço energético - janeiro a dezembro/2008

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da concessionária supridora á CELESC distribuição S/A, um total de 151.976 Mwh/ano e distribuiu 139.032 Mwh/ano, perdas de 12.944 Mwh, totalizando um percentual de 8,52%..

O sistema de distribuição de energia elétrica, para ter segurança e confiabilidade é necessário ter manutenções preventivas e corretivas, buscando sempre a melhor qualidade possível na distribuição, com essas ações melhoramos nossos atendimentos aos consumidores.

As obras executadas garantiram uma melhor energia distribuída, contribuindo para melhorar os indicadores de qualidade e as metas estabelecidas pela Aneel.

5 PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES – 2009

No sistema de distribuição de energia elétrica, buscamos melhorar a qualidade do fornecimento com novas técnicas de manutenções preventivas e corretivas, com planejamento de novos circuitos para atender o crescimento, adequar e melhorar os indicadores de qualidade estabelecidos pelo órgão regulador a Aneel.

5.1 Suprimento de energia

Planejar os contratos de energia elétrica com a supridora, verificando os montantes de energia e demanda necessário para todo sistema de distribuição dentro dos limites estabelecidos na forma contratual que atenda a demanda do sistema de distribuição de energia elétrica.

22

5.1.1 Içara – Centro

Verificações dos carregamentos dos circuitos, manutenção preventiva e corretiva, criar pontos de manobras de cargas, adequação do sistema de iluminação pública.

5.1.2 Içara - Bairros

Verificar crescimento dos circuitos, adequarem com troca de cabos e divisão de circuitos com instalações de novos transformadores.

5.1.3 Içara - Rural

Concluir o projeto de transferência das redes de distribuição para as margens das estradas, atender aumento da demanda no período se safra, onde requer uma energia firme, pois os processos de produção estão automatizados.

Estudo de coordenação de proteção dos alimentadores para garantir uma melhor qualidade na energia distribuída.

5.1.4 Içara – Balneários e Lagoas

Estudo do carregamento do sistema de distribuição de energia, para transferir cargas entre alimentadores, divisão de circuitos e instalações de novos transformadores.

Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de distribuição, chaves, transformadores, banco regulador de tensão.

5.1.5 Içara – Projeto Subestação 69 KV

- Elaboração de projeto da linha de transmissão.
- Traçado topográfico da linha de transmissão.
- Projeto básico da Subestação.
- Projeto e estudo de Impacto Ambiental.

5.2 Características técnicas e operacionais

5.2.1 Alimentador Iça 02

Regiões de distribuição: Vila Nova, Esplanada, Balneário Esplanada, Arroio da Cruz, Urussanga Velha, Boa Vista, Coqueiros, Barracão, Quarta Linha.

Extensão de distribuição tronco principal 30 km, máxima demanda 7 MW, carregamento de 70% da capacidade operacional.

Carga principal rural e residencial apresenta sazonalidade no período de verão, possibilidade de manobras e transferência de carga com o alimentador Iça 05.

5.2.2 Alimentador Iça 03

Regiões de distribuição: Bairros, Liri, Jaqueline, Elizabete, Esperança, Santa Cruz, Linha Três Ribeirões.

Extensão de rede de distribuição tronco principal 5 km, demanda 7,0 MW, carregamento de 70% da capacidade operacional.

Carga principal Industrial, com possibilidade de transferência de carga entre alimentador Iça 07.

5.2.3 Alimentador Iça 04

Região de distribuição Balneário Rincão Norte e centro.

Extensão 15 km, demanda 7,5 MW, carregamento de 80% da capacidade, carga sazonal de verão.

Carga principal residencial. Possibilidade de transferência de carga com alimentador Iça 05.

5.2.4 Alimentador Iça 05

Região de distribuição: Balneário Rincão, Lagoas e Barra Velha.

Extensão de rede de distribuição no tronco principal 25 km, demanda 7.2 MW, carregamento em 85% da capacidade.

Carga Sazonal de verão, possibilidade transferência de carga entre alimentadores Iça 02 e Iça 04.

5.2.5 Alimentador Iça 07

Região de distribuição: Centro de Içara, Hospital, Primeira Linha, Segunda Linha, Terceira Linha, Quarta Linha, Ponta do Mato, Distrito Industrial.

Extensão distribuição tronco principal 12 km, demanda 6,0 MW carregamento em 60% da capacidade.

Carga Industrial e Comercial, possibilidade de manobras com Iça 03 e Iça 05.

5.2.6 Alimentador JVA 01

Região de distribuição: Rural no município de Sangão.

Extensão de distribuição 25 km, demanda 2,0 MW carregamento em 70% da capacidade.

Alimentador com características rurais, não tem possibilidade de transferência de carga.

5.3 Obras em alimentadores

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$/1000	Justificativa
1	Iça07	Reforma do tronco, Primeiro de Maio até Vila São José trecho com 3 km de extensão.	180	Ampliação de carga Industrial confiabilidade na operação
2	Iça 07	Reforma do tronco Vila São José Terceira Linha Trecho com 3 km de extensão	180	Deslocamento do alimentador para margem da estrada visando melhoria na confiabilidade e índices Dec e Fec
3	Iça 02	Ampliação do alimentador até Bairro Barracão, trecho de 2 km extensão.	120	Construção do novo trecho de alimentador opção de manobras, margem Br 101.
4	Iça 03	Novo trecho de alimentador Bairro Iri até trevo Pres. Vargas com 1,5 km extensão	90	Construção do novo alimentador trecho Rod SC 444 atendimento indústria
5	Iça 03	Deslocamento e construção de alimentador margem da estrada na L.T.R. trecho 2 km.	120	Melhoria na operação e manutenção do sistema elétrico dando confiabilidade a distribuição
6	Iça 07	Deslocamento e construção de ramais as margens das estradas trecho 4 km. Rurais.	180	Melhoria na operação e agilidade na manutenção do sistema distribuição
TOTAL			870	

24

5.4 Obras em redes de baixa tensão

5.4.1 Içara – Sangão – Araranguá - Jaguaruna

Obras	Circuitos	Descrição das Obras	Total (R\$/1000)	Justificativa
1	30	Melhoria, construção e divisão de circuitos troca de cabos.	680	Melhoria na qualidade, atendimento ao crescimento vegetativo do sistema elétrico, índices DEC e FEC.
TOTAL			680	

5.4.2 Aquisição de equipamentos

Quantidade	Tipo	Total	Justificativa
45	Transformador	270	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução 505 da Aneel.
01	Regulador de Tensão	48	Banco regulador com 03 unidades
TOTAL		318	

Planejamento Total: R\$ 1.868 mil

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Muller auditores independentes s/s – Criciúma foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2008 também prestando assessoramento ao conselho fiscal em suas reuniões mensais

7 AGRADECIMENTOS

Aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal que se mantiveram atuantes e concisos no debate das questões de maior interesse da Cooperaliança.

Profundo reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a consumidores e todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da concessionária.

Içara - SC, 30 de março de 2009.

Pedro Deonísio Gabriel
Presidente

Severiano Antonio Valentim
Secretário

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

(Valores expressos em milhares de reais)

Legislação Societária		
Ativo	2008	2007
CIRCULANTE		
Numerário disponível	351	142
Aplicações no mercado aberto	1.687	17
Numerário em transito	124	94
Consumidores	8.188	9.258
Ativo regulatório	1.496	891
Rendas a receber	153	111
Impostos a compensar	375	373
Devedores diversos	116	95
Outros créditos	618	1.376
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.388)	(1.213)
Estoque	352	158
Serviços em curso	230	769
TOTAL DO CIRCULANTE	12.302	12.071
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Consumidores	1.022	801
Impostos a compensar	229	391
Depósitos judiciais vinculados	53	52
Ativo regulatório	2.991	3.278
Outros créditos	3	3
	4.298	4.525
INVESTIMENTOS	211	211
IMOBILIZADO	17.583	16.062
INTANGÍVEL	94	93
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	22.186	20.891
TOTAL DO ATIVO	34.488	32.962

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

(Valores expressos em milhares de reais)

Legislação Societária		
Passivo	2008	2007
CIRCULANTE		
Fornecedores	3.190	3.175
Passivo regulatório	1.496	1.042
Folha de pagamento	60	48
Tributos e contribuições sociais	585	931
Credores diversos	1.530	2.459
Obrigações estimadas	251	304
Taxas regulamentares	245	209
Outras contas a pagar	577	619
TOTAL DO CIRCULANTE	7.934	8.787
NÃO CIRCULANTE		
Participação financeira de consumidores	205	200
Provisões	1.641	1.788
Passivo regulatório	2.991	4.169
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.837	6.157
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.065	976
Reservas de capital	873	873
Reservas de sobras	10.429	9.720
Reserva para geração de energia	1.148	1.148
Fundo de assistência técnica educacional. e social	400	104
Fundo de expansão e Manutenção do sistema de distribuição	6.581	4.837
Sobras do exercício	1.221	360
	21.717	18.018
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.488	32.962

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.
(Valores expressos em milhares de reais)

Legislação Societária		
	2008	2007
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	49.057	49.523
Serviços	114	97
Outras receitas operacionais	300	378
	49.471	49.998
Deduções da receita operacional		
ICMS	(9.942)	(8.970)
Devoluções	(903)	(1.932)
Impostos e contribuições sobre a receita	(238)	(225)
Quota para RGR/CDE/CCC/P&D/PEE	(3.037)	(2.581)
Receita operacional líquida	35.351	36.290
Custo do serviço de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(22.001)	(25.545)
Custo de operação	(10.392)	(9.571)
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(4.597)	(4.157)
Material	(1.525)	(1.019)
Serviços de terceiros	(2.133)	(2.124)
Depreciação e amortização	(1.214)	(1.099)
Provisões	(176)	(158)
Outras	(624)	(686)
Seguros, tributos e aluguéis	(123)	(328)
Sobra operacional bruta	2.958	1.174
Receita (despesa) financeira		
Receitas financeiras	1.242	1.016
Despesas financeiras	(583)	(812)
Resultado operacional	3.617	1.378
Receita não operacional	721	(57)
Despesa não operacional	(548)	(645)
Sobra antes da contribuição social e imposto de renda	3.790	676
Contribuição social	(28)	(13)
Imposto de renda	(55)	(22)
Ajuste de exercícios anteriores	-	440
Sobras líquidas antes da constituição dos fundos	3.707	1.081
Fundo de reserva legal	(348)	(103)
FATES – Fundo de assistência técnica educacional e social	(394)	(104)
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	(1.744)	(514)
Sobras líquidas do exercício	1.221	360

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos
Em 31 de Dezembro de 2007 e 2008.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de Sobras	FATES acumulado	Recursos destinados a aumento de capital	Outros fundos	Sobra a disposição da A.G.O.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	976	873	9.720	104	1.148	4.837	360	18.018
Remuneração das imobilizações em curso								
Aumento de capital social	89							89
Aumento nas reservas			360				(360)	000
Incentivos fiscais (Donativos)								
Realização de reservas				(98)				(98)
Sobra líquido (prejuízo) do exercício							1.221	1.221
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reservas legais			349					349
Reserva para investimentos						1.744		1.744
Sobras do Exercício								
FATES 5%				394				394
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.065	873	10.429	400	1.148	6.581	1.221	21.717

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007.
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2008	2007
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
SOBRA DO EXERCÍCIO INCLUINDO CSLL E IRPJ	3.790	676
Ajustes para Conciliar as sobras ao caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	176	158
Depreciação e amortização	1.214	1.099
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Consumidores	(849)	(3.798)
Ativo regulatório	318	(3.104)
Serviços em curso	(539)	(319)
Rendas a receber	(42)	(34)
Impostos a compensar	160	-
Devedores diversos	21	33
Outros créditos	(758)	(154)
Estoque	(194)	263
Serviços em curso	(539)	(319)
Depósitos judiciais	(1)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	651	1.779
Passivo regulatório	(1.178)	4.169
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	12	(21)
Tributos e contribuições sociais	(346)	11
Credores diversos	(909)	(126)
Obrigações estimadas	(53)	(44)
Taxas regulamentares	36	-
Outras contas a pagar	(42)	(114)
Obrigações especiais	5	-
Provisão para contingências	(147)	346
CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	786	501
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	-	466
Aplicações no imobilizado - obras de distribuição	(1.521)	(1.372)
Intangíveis	(1)	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.522	(906)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	89	87
Reservas sobras (Reserva legal)	709	649
Reservas sobras (Fates)	296	(127)
Reservas sobras (Fundo de expansão)	1.744	514
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.838	1.123
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	2.051	(865)
Saldo inicial das disponibilidades	111	1.118
Saldo final das disponibilidades	2.162	253

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2008	2007
Receitas		
Venda de energia e serviços	49.471	49.998
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(175)	(158)
Resultado não operacional	173	(702)
Devoluções	(903)	(1.932)
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos	22.001	25.544
Serviços de terceiros	2.133	2.124
Materiais	1.525	1.019
Outros custos operacionais	748	1.014
(=) Valor adicionado bruto	22.159	17.945
Retenções	1.214	1.099
(-) Quotas de reintegração	1.214	1.099
(=) Valor adicionado líquido	20.945	16.846
(+) Valor adicionado transferido	1.242	1.016
Receitas financeiras	1.242	1.016
(=) Valor adicionado a distribuir	22.187	17.862
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	3.930	3.552
Remunerações	3.069	2.752
Encargos sociais (exceto INSS)	409	353
Auxílio alimentação	242	243
Convênio assistencial e outros benefícios	160	159
Outros	50	45
Impostos taxas e contribuições	13.967	12.417
INSS (sobre folha de pagamento)	667	605
ICMS	9.942	8.970
Encargos setoriais	3.037	2.582
Imposto de renda e contribuição sociais	83	35
PIS/COFINS	238	225
Remuneração de capital de terceiros	583	812
Outras despesas financeiras	583	812
Associados	3.707	1.081
Reserva legal	348	103
Fates	394	104
Fundo de expansão	1.744	514
Sobras retidas	1.221	360
Valor adicionado (médio) por empregado	217	190

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de capital aberto, constituída na forma da lei nº 5.764/71, controlada pelos associados, que tem por objetivo a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Através do contrato nº 145/2002 firmado com o poder concedente a Cooperativa detém concessão por prazo determinado de 20 anos, válida até o dia 07 de julho de 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Araranguá, Sangão e Jaguaruna, atendendo a 29.792 consumidores. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade aos conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 medida provisória nº 449/08 Manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, conjugadas com a legislação específica emanada pela agência nacional de energia elétrica – ANEEL, e orientações emitidas pela legislação cooperativista e estatuto social.

- Adoção inicial da lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08. Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à lei das sociedades por ações (lei nº 6.404/76), relacionada à preparações e divulgação das demonstrações financeiras. Em 03 de dezembro de 2008, a medida provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências. Em conformidade com a deliberação CVM nº565/08 que aprovou o pronunciamento técnico CPC13 – adoção inicial da lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08, a sociedade optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na deliberação CVM nº 506/06.
- As demonstrações financeiras apresentadas para o exercício de 2007 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas. As principais modificações previstas na lei, com vigência a partir de 2008, e que ocasionam ajustes ou reclassificações financeiras estão descritas a seguir:
- Introduziu um novo grupo de contas “intangível” que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercido com essa finalidade, inclusive fundos de comércio e direito de exploração de concessões. O pronunciamento técnico CPV 04 – intangível normatizou o assunto (nota 17).
- A lei substituiu a demonstração das origens e aplicações dos recursos (DOAR) pela demonstração dos fluxos de caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA), cuja normatização foi estabelecida pelos CPC 03 e CPC 09, respectivamente.
- A lei criou a obrigatoriedade da análise periódica quanto à redução do valor recuperável dos ativos. A sociedade realizou os procedimentos conforme previsto pelo CPC 01. Recuperação de ativos que normalizou o assunto.

- Os efeitos das reclassificações no balanço patrimonial dos exercícios de 2008 e 2007 estão apresentados a seguir.

Legislação societária		
	2008	2007
Ativo Imobilizado para Intangível	94	93
TOTAL	94	93

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas, em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Ofícios Circulares nº 2.775/2008 de 24/12/2008 da SFF/ANEEL.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

b) Consumidores

Compreende o fornecimento de energia faturada a consumidores finais e saldos relacionados a ativos regulatórios até 31 de dezembro de 2008, contabilizado com base no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída sobre valores a receber de associados e consumidores da classe residencial vencidos a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias, e demais classes inclusive poderes públicos vencidos a mais de 360 dias incluindo parcelamento de débitos e está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

e) Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método do custo de aquisição. Os outros investimentos também estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, não incluindo juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Apresentam-se corrigidos na forma da lei e deduzidos da depreciação calculada pelo método linear a taxas variáveis entre 2 e 20%, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nºs 815, de 30 de novembro de 1994, taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL n° 02 de 24 de dezembro de 1997 e n° 44, de 17 de março de 1999.

g) Inatingível

Direitos sobre incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição sem a constituição de provisão para perda.

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i) Atualização de direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

g) Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração se baseie em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes. A cooperativa revisa as estimativas anualmente

h) Imposto de renda e contribuição social

Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Observou as disposições previstas no artigo 15 da medida provisória nº 449/08, que institui o regime tributário de apuração do lucro real, e tributou as operações com não associados na forma determinada pela lei nº 5.764/91

i) Empréstimos e financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

j) Provisão para contingências

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

l) Resultado

As receitas e despesas são conhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. Existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

m) Sobra líquida

A sobra ou perda a que ocorrer será submetida à apreciação dos associados que em assembléia geral deliberarão sobre sua utilização obedecendo ao disposto na lei 5.764/71 e estatuto social.

4 ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO

Os efeitos econômicos e financeiros produzidos pela alteração de cálculo da TE e da TUSD da CELESC para a Cooperaliança sobre as tarifas da revisão de 2006, decorrentes da resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, resultaram no valor de R\$ 4.861.106,92 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e um mil, cento e seis reais e noventa e dois centavos).

Visando a modicidade tarifária, ocorreu o deferimento do passivo total em cinco parcelas anuais de R\$ 972.221,38 (novecentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte um reais e trinta e oito centavos), sendo sua primeira parcela no reajuste de 2007, conforme estabelecido no Artigo 2º da Resolução homologatória nº 428 de 06 de fevereiro de 2007, atualizados pelo IGP-M, que no exercício de 2007, foi cobrado o montante de R\$ 972.221,38 (novecentos e setenta e dois mil duzentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos). Em 2008 de Fevereiro de 2008 a janeiro de 2009 R\$ 1.053.724,42 (hum milhão cinqüenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos trinta e oito centavos).

De fevereiro de. 2009 a Julho de 2009 R\$ 526.862,21 (quinhentos e vinte e seis mil oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e hum centavos).

Saldo será submetido ao processo de revisão tarifaria. Prevista para 14/08/2009.

4.1 CONSUMIDORES

Ativo	2008			2007		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	1.496	2.991	4.487	1.934	3.278	5.212
Total	1.496	2.991	4.487	1.934	3.278	5.212

4.2 FORNECEDORES

Passivo	2008			2007		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	1.496	2.991	4.487	1.934	3.278	5.212
Total	1.496	2.991	4.487	1.934	3.278	5.212

4.3 BAIXA RENDA

	2008
Ganho de receita contabilizado a compensar	773
(-) Janeiro 2008 já compensado	77
TOTAL A COMPENSAR (*)	696

Este montante foi apropriado a débito de Receitas “receitas de operações com energia elétrica” “Fornecimento” “Residencial”, e a crédito na conta de “credores diversos”, “consumidores”, “ganho de receita baixa renda”,

5 DISPONIBILIDADES

Numerário Disponível	Legislação societária	
	2008	2007
Caixa	4	18
Bancos	347	124
TOTAL	351	142

6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2008	2007
Banco do Brasil S/A	Fundos	36 meses	CDB a.m	627	0
Bradesco S/A	Debêntures	36 meses	CDI a.m	1.050	0
C. E. Federal	Poupança	30 dias	0,56 am	3	10
Banco Santander	Aplicação	30 dias	CDI a.m	7	7
TOTAL				1.687	17

7 CONSUMIDORES

Consumidores	Legislação societária	
	2008	2007
Faturados	48.154	47.591
TOTAL	48.154	47.591

a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2008	2007	2008	2007
Residencial	1.222	447	213	1.882	348	275	1.534	1.543
Industrial	1.521	732	817	3.070	771	767	2.299	2.634
Comercial	581	151	111	843	138	107	705	700
Rural	540	231	67	838	61	45	777	696
Poder público	33	30	150	213	70	18	143	158
Iluminação pública	182	16	17	215	-	-	215	175
Serviço público	50	66	-	116	-	-	116	88
Ativo regulatório Res. 428	1495	-	-	1.495	-	-	1.495	891
Subtotal - consumidores	5.624	1.673	1.375	8.672	1.388	1.212	7.284	6.885
Serviço taxado	15	7	8	30	-	-	30	31
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	696	99	174	969	-	-	969	967
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	9
Passivo regulatório Res. 428	2.991	-	-	2.991	-	-	2.991	4.320
TOTAL	9.326	1.779	1.569	12.674	1.388	1.212	11.286	12.216

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 estabeleceu diretrizes para o enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

A ANEEL (Agência nacional de energia elétrica) regulamentou o benefício baixa renda através das resoluções normativas nº 246 de 30/04/2002 e nº 485 de 29/08/2002, observando-se que a base regional no estado de Santa Catarina e 160 kWh determinado o enquadramento de nossos consumidores entre 80 e 160 kWh.

O enquadramento fundamentado na nova metodologia de classificação para consumidores baixa renda resultou em ganhos de receita a concessionária que passou a contabilizá-los discriminadamente.

Os ganhos ocorridos ainda não compensados referente ao período fevereiro de 2006 a janeiro de 2008 corrigidos pela taxa SELIC contabilizados até janeiro de 2008 em montante de R\$ 2.013 mil foram deduzidos da receita de fornecimento no IRT (índice de Reajuste tarifário anual) integrando o quadro de componentes financeiro ganhos de receitas, representando junto com outras deduções uma redução de 4,04 (quatro vírgula, quatro pontos percentuais), tendo IRT resultado na Resolução homologatória nº 602 de 22/01/2008.

A concessionária solicitou através de ofício nº. 99/2008 antecipação da Revisão Tarifaria Periódica que foi homologada através do despacho nº 479 de 05 de fevereiro de 2009 com data prevista para 14 de agosto de 2009 quando será compensado o passivo resultante do ganho de receita residencial baixa renda contabilizada até o mês de Julho de 2009 e a nova receita de referencia não contemplara mais estes ganhos. Para o reajuste previsto para fevereiro de 2008 foi postergado para surtir efeitos econômicos e financeiros na revisão de agosto 2009.

8 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2008	2007
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	70	62
Tarifa de Correio	6	5
Acréscimo Moratório	77	44
TOTAL	153	111

39

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

a) Circulante

	Legislação societária	
	2008	2007
ICMS	274	354
Contribuição Social	25	-
IRRF	7	19
IRPJ	69	-
TOTAL	375	373

b) Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação societária	
	2008	2007
ICMS	229	391
TOTAL	229	391

10 DEVEDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2008	2007
Empregados	80	80
Outros	36	15
TOTAL	116	95

11 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação societária	
	2008	2007
Provisão para devedores duvidosos	1.388	1.213
TOTAL	1.388	1.213

12 OUTROS CRÉDITOS

	Legislação Societária	
	2008	2007
Serviços prestados a terceiros	322	316
Convênios de arrecadação	29	29
Outros	267	1.031
TOTAL	618	1.376

13 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2008	2007
Almoxarifado em serviço	215	55
Adiantamento a fornecedores	137	103
TOTAL	352	158

14 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2008	2007
Serviços prestados a terceiros	230	769
TOTAL	230	769

15 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2008	2007
Coligadas		
Fecoerusc Ltda.	35	35
Terreno Associação	18	18
Terrenos não operacionais	158	158
TOTAL	211	211

16 IMOBILIZADO

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2008	2007
			Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Distribuição	21.191	7.268	13.923	12.933
Maquinas e equipamentos	20.166	6.707	13.459	12.581
Veículos	993	548	445	349
Moveis e utensílios	32	13	19	3
Comercialização	2.814	617	2.197	1.990
Terrenos	38	-	38	38
Edificações	226	31	195	204
Maquinas e equipamentos	2.513	582	1.931	1.747
Moveis e utensílios	37	4	33	1
Administração	870	325	545	523
Terrenos	14	-	14	14
Edificações	563	174	389	411
Maquinas e equipamentos	144	72	72	70
Veículos	68	22	46	1
Moveis e utensílios	81	57	24	27
Em curso	918	-	918	709
Distribuição	893	-	893	669
Comercialização	25	-	25	40
Administração	-	-	-	-
TOTAL	25.793	8.210	17.583	16.155

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Portaria ANEEL nº 815 de 30/11/1994 E Resolução ANEEL nº 44 de 1.999, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores (sistema de distribuição)	6,7
Chave de distribuição	6,7
Condutor do sistema de distribuição	5,0
Equipamento geral	10,0
Estrutura do sistema	5,0
Medidor	4,0
Regulador de tensão	4,8
Transformador	5,0
Veículos	20,0

	Taxas anuais de depreciação (%)
Comercialização	
Edificações	,0
Maquinas e equipamentos	10,0
Moveis e utensílios	10,0

	Taxas anuais de depreciação (%)
Administração	
Edificações	4,0
Maquinas e equipamentos	10,0
Veículos	20,0
Moveis e utensílios	10,0

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

42

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

A composição destas obrigações:

	Legislação Societária	
	2008	2007
Participação Financeira do Consumidor		
Distribuição	205	200
TOTAL	205	200

17 INTANGIVEL

	Legislação societária	
	2008	2007
Licença Software	94	93
TOTAL	94	93

18 DIFERIDO

A Cooperativa Aliança não operou em nenhum projeto para que houvesse deferimento em seu imobilizado.

19 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2008	2007
Energia elétrica	4.115	3.725
Materiais e serviços	571	492
TOTAL	4.686	4.217

20 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2008	2007
Diretores	-	6
Empregados	9	-
Contribuição social	24	20
Pensões Judiciais descontadas	1	2
Sindicato	1	1
Associação de funcionários	-	-
IRRF	25	19
TOTAL	60	48

43

21 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2008	2007
Impostos	472	831
Contribuição	113	100
TOTAL	585	931

22 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2008	2007
Consumidores	1.029	2.092
Empregados	8	7
Outros créditos	493	360
TOTAL	1.530	2.459

23 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2008	2007
Tributos e contribuições sociais	68	86
Folha de pagamento	183	218
TOTAL	251	304

24 TAXAS REGULAMENTARES

	Legislação Societária	
	2008	2007
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	87	86
Quota de reserva global de reversão – RGR	27	23
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	131	74
Proinfa	0	26
TOTAL	245	209

25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2008	2007
Encargos tarifários	48	49
P&D e PEE	473	529
Outras	56	41
TOTAL	577	619

26 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS

A Lei nº 5.764/71 que regulamenta as sociedades cooperativas estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando conseqüente na não tributação dos PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS, ocorre na venda de bens à não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

27 PROVISÕES PARA CONTIGENCIAS

Contingência	Valor da Provisão		2008	Valor da Provisão		2007
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins		1.064			1.064	
Pis		231			231	
Subtotal		1.295			1.295	
Trabalhistas		100		(47)	100	
Multa Fiscal.	(147)	246		393	393	
TOTAL	(147)	1.641		346	1.788	

27.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Fecoerusc (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

27.2 Trabalhistas

No Exercício de 2006, foram provisionados valores, referente a ações trabalhistas que continuam tramitando no judiciário.

27.3 Taxas

27.3.1 Taxa de Ocupação de faixa de domínio

Lei estadual nº 13.516/2.005.

“Artigo 1º - Fica o poder executivo autorizado a explorar a utilização e a comercializar, a título oneroso as faixas de domínio e as áreas adjacentes as rodovias estaduais ou federais delegadas ao estado, pavimentadas ou não, por empresas concessionárias de serviço público, por empresas privadas ou por particulares”.

“Artigo 4º - A exploração da utilização das áreas referidas no artigo 1º desta lei será sempre a título oneroso, com previsão de penalidade e multa para os casos de infração dos dispositivos, observados os critérios fixados em regulamento”.

A concessionária não provisionou recursos para esta contingência entendendo a taxa inconstitucional, pois a ABRADÉE (Associação brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica) defende judicialmente através de ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3798 im petrada no Supremo Tribunal Federal contra os artigos 1º e 4º acima transcritos).”

28 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2008, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

Descrição dos fundos	Percentual %	Valor
Fundo de reserva legal	10%	349
Fundo de assistência técnica educacional e social	5%	174
Fundo de exp. manutenção do sistema de distribuição	50%	1.743
Resultado com não associado destinado ao FATES	100%	219
TOTAL		2.485

46

29 PATRIMONIO LIQUIDO

29.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 1.065, é constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará de acordo com o número de quotas subscritas, mas nunca poderá ser inferior a 10.000,00 (dez mil) UFIR (Unidade fiscal de referencia) do governo federal, ou outro indexador que a venha substituir".

29.2 Reservas de capital

O capital social em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 1.065, é constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará de acordo com o número de quotas subscritas, mas nunca poderá ser inferior a 10.000,00 (dez mil) UFIR (Unidade fiscal de referencia) do governo federal, ou outro indexador que a venha substituir".

	Legislação societária	
	2008	2007
Correção monetária complementar	873	873
	873	873

29.3 Reserva de sobras

	Legislação societária	
	2008	2007
Reserva legal	10.429	9.720
Fundo de assistência técnica educacional – FATES	401	104
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	6.581	4.837
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Sobras à disposição da AGO	1.221	360
TOTAL	19.780	16.169

São constituídas conforme artigo 46 do Estatuto Social, “A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício. (instituído em 11/11/2003 com a reforma estatutária)

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após, constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em assembléia geral, que nos últimos 10 anos a AGO determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a AGO defina a distribuição entre os associados das sobras apuradas no exercício o estatuto social define assim a sua distribuição. “Art. 51 – A sobra líquida da Cooperativa apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembléia geral.”

30 FORNECIMENTO DE ENERGIA

	Nº de consumidores		MWH		Legislação societária	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Consumidores						
Residencial	24.475	23.563	35.879	35.081	14.938	14.193
Industrial	183	176	65.485	57.490	20.029	18.733
Comercial	1590	1.555	14.869	13.915	6.383	5.762
Rural	3.316	3.257	11.745	11.081	3.166	2.925
Poder público	207	198	949	932	425	404
Iluminação pública	4	5	7.979	7.564	2.149	1.994
Serviço público	10	10	2.029	2.095	624	736
Consumo próprio	7	6	97	103	49	50
Serviços/outras Receitas	-	-	-	-	1.757	5.251
Subtotal	29.792	28.770	139.032	128.261	49.520	50.048
(-) Consumo próprio					(49)	(50)
Subtotal					49.471	49.998
ICMS					9.942	8.970
Encargos setoriais					3.037	2.581
PIS/COFINS					238	225
Devoluções					903	1.932
TOTAL	29.792	28.770	139.032	128.261	35.351	36.290

31 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	Quantidade MWH		Legislação societária	
	2008	2007	2008	2007
Celesc Distribuição S/A	151.977	142.932	22.001	25.545

32 DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação societária	
	2008	2007
Remunerações (incluídos diretores R\$ 221)	3.070	2.752
Encargos sociais	1.075	959
Auxílio alimentação	242	242
Convênio assistencial e outros benefícios	160	160
Roupas profissionais	23	20
Seguros	14	10
Auxílio Transporte	13	14
TOTAL	4.597	4.157

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do conselho fiscal e delegados representantes junto a Fecoerusc.

33 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação societária	
	2008	2007
Receitas financeiras	1.242	1.017
(-) Despesas financeiras	583	812
TOTAL	659	205

Receitas financeiras	Legislação societária	
	2008	2007
Receitas de aplicações financeiras	100	-
Juros recebidos	85	112
Encargos financeiros sobre energia	622	554
Ativo regulatório	435	350
TOTAL	1.242	1.016

Despesas financeiras	Legislação societária	
	2008	2007
Despesas bancárias	21	42
Outras despesas	127	419
Ativo regulatório	435	351
TOTAL	583	812

34 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Legislação societária	
	2008	2007
Receitas não operacional	721	(57)
(-) Despesas não operacionais	548	645
TOTAL	173	702

Receitas não operacional	Legislação societária	
	2008	2007
Ganho na alienação de bens e direitos	351	169
Ganho na prestação de serviços	346	(226)
Outras	24	-
TOTAL	721	(57)

Despesas não operacionais	Legislação societária	
	2008	2007
Perda na desativação de bens	9	-
Donativos e contribuições	80	66
Perda na prestação de serviços	445	183
Outras	14	396
TOTAL	548	645

35 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social obedece ao disposto na legislação fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação societária	
	2008	2007
Associados	42.832	43.540
Não associados	6.639	6.458
TOTAL DA RECEITA	49.471	49.998

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais. Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

36 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

37 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

- A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.
- Os dependentes pelo sistema de custo operacional através de parceria com a Associação de Funcionários.
- Possui convenio odontológico para atendimento de funcionários.

- Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Banco Brasileiro de Descontos S/A a todos os colaboradores.
- Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante.
- Vale alimentação a todos os colaboradores em convenio com Banco do Brasil no de R\$ 200,00 (duzentos reais).
- Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas em lei.
- Convenio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ergomedicinal.

38 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se à capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

50

39 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	Varias	1.184

40 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada. (*) Informações examinadas pelos auditores independentes.

41 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A Cooperaliança atua somente a atividade de distribuição de energia elétrica, portanto desnecessária a segregação por atividade.

42 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

42.1 CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos Financeiros, tendo como categorias: (I) empréstimo e recebíveis, (II) mensurados ao valor justo contra resultado, (III) mantidos até o vencimento e, (IV) disponíveis para venda.

A classificação é realizada com base nos seguintes critérios: I. Empréstimo e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método de custo amortizado. A cooperativa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (I) consumidores, e (II) outros créditos a receber. (II). Mensurados ao valor justo contra resultado: São os ativos financeiros que sejam (I) mantidos para negociação para curto prazo, (II) designados a fim de se obter informação contábil mais relevante ou derivativo. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a cooperativa tem classificados nesta categoria são disponibilidades e aplicações financeiras. (III). Mantidos até o vencimento: correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definitivos e para os quais a cooperativa tem a intenção de manter o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Cooperativa não possui ativos financeiros classificados na categoria. (IV). Disponíveis para venda: referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em qualquer classificação acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício.

Passivos financeiros, tendo como categorias: (I) mensurados ao valor justo contra resultado e, (II) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios: I. Mensurados ao valor justo contra resultado: são os passivos financeiros que sejam (I) mantidos para negociação de curto prazo, (II) designados a fim de se obter informação contábil mais relevante ou derivativo. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício. A cooperativa não possui passivos financeiros classificados nesta categoria. II. Não mensurados ao valor justo contra resultado: são os passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima.

Os passivos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (I) fornecedores, (II) empréstimos e financiamentos, (III) encargos de dívida, outras contas a pagar. Considerações sobre riscos: os negócios da cooperativa compreendem, principalmente, distribuição e comercialização de energia elétrica.

42.2 FATORES DE RISCO

Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: A Cooperativa está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu que lhe é repassada pela supridora. O mecanismo de compensação – CVA protege as empresas de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da cooperativa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Cooperativa tem buscado não contrair empréstimos, pois estes pressionariam o custo.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pela sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Fornecida pela supridora Celesc Distribuição S/A que pode em função de seus contratos de compra em momentos não possuir disponibilidade para atender o crescimento de demanda da cooperativa.

42.3 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A cooperativa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar às políticas e procedimentos estabelecidos, a cooperativa utiliza-se de sistema de software tendo condições de calcular os riscos dos instrumentos e verificar se estão aderentes às políticas, cabendo correções, se necessário.

Valorização dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

43 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Crescimento da recessão econômica nacional e mundial.
- Revisão Tarifária.

Pedro Deonísio Gabriel
Presidente

Severiano Antonio Valentim
Secretário

Tarcísio Lima
Contador CRC SC.015016-O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2009 (dois mil e nove), com parecer das demonstrações financeiras do exercício de 2008 reuniram-se na sede da Cooperativa Aliança - Cooperaliança, sito à Rua: Ipiranga, 333, bairro: Centro nesta cidade, com início às dezenove horas os membros do Conselho Fiscal efetivos, os senhores (as): Maria Canever da Silva, Orlando Guglielmi e Hilário Dalmolin, para examinar e apreciar o seguinte: balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, demonstrativos estatísticos e contas relacionadas com o exercício 2008, compreendendo entre primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro do referido ano, bem como relatório da diretoria. Depois de procedido aos exames detalhados das contas e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após exame dos documentos contábeis, caixa, conciliação bancária e demais informações como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimentos de todos os atos praticados, encontrando tudo em perfeita ordem e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para o dia 27 (vinte e sete) de março do ano DE 2009 (dois mil e nove), cujo edital de convocação esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social, somos de parecer favorável no sentido de que seja aprovado pelos associados na Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião da qual eu secretário lavrei a presente ata, que após lida se aprovada será assinada por mim e demais membros do Conselho Fiscal.

Içara - SC, 24 de março de 2009.

Maria Canever da Silva
Coordenadora

Orlando Guglielmi
Secretário



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ALIANÇA
Içara - SC

54

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da **COOPERATIVA ALIANÇA**, levantado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos períodos findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA**, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.
- 4) Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 22 de fevereiro de 2008. Contudo, a partir de 1º de janeiro de 2008 estas demonstrações sofreram alterações produzidas pela Lei 11.638/07, a qual extinguiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), dentre outras alterações. Conforme nota explicativa 03, divulga-se as alterações já efetuadas, assim como aquelas que a Cooperativa buscará atender até o final do exercício de 2010.

Criciúma, 23 de março de 2009.

MÜLLER AUDITORES INDEPENDENTES S/S
-CRICIÚMA
CRC/SC-006351/O


JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

BALANÇO SOCIAL – 2008

Responsabilidade social é muito mais do que gestos episódicos de filantropia motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É mais do que garantir que o produto da concessionária seja seguro e confiável. É mais do que gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal dos negócios. Para a concessionária, comprometer com um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam, mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobre tudo, uma atitude pró-ativa de estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir as chagas sociais. É ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da concessionária, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Como se verá a seguir, tendo equacionado as questões sociais mais graves nos municípios em que atua a concessionária se volta agora para ampliar sua atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nossa população.

55

ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE

Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, das populações situadas nas áreas de influência de suas obras de engenharia, e das comunidades onde opera.

Em 2008, a concessionária executou amplo programa de deslocamento de redes rurais para orlas de vias de acesso, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta.

Rede Protegidas ou linha verde - Rede protegidas ou linha verde é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 1 km de rede protegidas.

FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Doações do FATES – O Estatuto social da concessionária em seu art. 46º obriga a cooperativa constituir o fundo de assistência técnica educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício e os resultados das operações com não associados em sua totalidade, que no exercício de 2007, no valor total de R\$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais), beneficiaram diversas entidades que foram: R\$ 500,00 (quinhentos mil reais), a Agência Adventista de Desenvolvimento Recursos. Assistenciais. - ADRA; R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara ; R\$1.000,00 (hum mil reais), Associação Beneficente Berço dos Anjos; R\$ 500,00 (quinhentos reais), a Associação Beneficente Esp. a Quem Necessita; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Beneficente Família Feliz ; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a Associação Comunidade Teatral Doutores da Paz ; R\$ 500,00 (quinhentos reais), a Associação

Coral de Içara; R\$ 500,00 (quinhentos reais), a Associação Coral do Balneário Rincão; R\$ 500,00 (quinhentos reais), a Associação Coral Infantil Estrelas do Amanhã; R\$ 500,00 (quinhentos reais), a Associação Coral Maria Rosa Mística E N. Aliança ; R\$ 500,00 (quinhentos reais) a Associação Cultural Ítalo-Veneta de Içara ; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a Associação das Mulheres Voluntárias Balneário Rincão, R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a Associação de Bombeiros Comunitários de Içara: R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a Associação dos Bombeiros Voluntários União do Sul ; R\$ 500,00 (quinhentos reais) a Associação de Profissionais de Educação de Içara - CEDHAM ; R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a Associação de Senhoras de Rotarianos de Içara – Casa da Amizade; R\$ 500,00 (quinhentos Reais) a Associação do Movimento da Consciência Negra Chico Rosa ; R\$ 500,00 (quinhentos Reais) a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Içara; R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a CAEP – Comunidade Poço 8, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a Câmara de Dirigentes Lojistas de Içara – CDL; R\$ 1.000,00 (hum mil reais); ao Centro de Recuperação Vida Jovem; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a EFIAS ; R\$ 500,00 (quinhentos reais), a Escola Filarmônica Içarense de Música; R\$ 500,00 (quinhentos reais), ao Grupo de Canto da Fé Estrela Guia; R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao Grupo Folclórico La Montanara; R\$ 500,00 (quinhentos reais), ao Grupo Içara de Incentivo à Vida – GIIV; R\$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinqüenta reais), ao Instituto Desafio Jovem da Última Hora, R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a Pastoral da Esperança, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a Pastoral das Samaritanas do Hospital São Donato; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), Pastoral Familiar São Donato; R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a Pastoral Social Paróquia São Donato; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a Pastoral Vocacional da Paróquia São Donato; R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ao Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD; R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a Rede Feminina de Combate ao Câncer; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a Lions Clube Balneário Rincão; R\$ 500,00 (quinhentos reais) a Renovação Carismática de Criciúma - RCC; R\$ 58.950,00 (cinqüenta e oito mil novecentos e cinqüenta reais), ao Fundo Social, a disposição do conselho administração para cumprir programas sociais.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

O programa de pesquisa e desenvolvimento e uma obrigação contida na resolução 650/2002, que obriga as concessionárias a aplicar 0,5 de sua receita líquida em programas de eficiência energética. No ano de 2008 a concessionária aplicou R\$ 54 mil reais referente ao ciclo 2005/2006 do P&D. N criação de projetos de Otimização Operacional de sistemas de distribuição baseada em manobras de chaveamentos: Requisitos funcionais do sistema computacional e desenvolvimento de ferramentas básicas. E esta em desenvolvimento do ciclo 2006/2007, que visa desenvolvimento e implementação de um equipamento para a redução de perdas elétricas em sistemas de iluminação pública, que esta prevista sua conclusão para junho de 2009. No valor de R\$ 50 mil reais. Estes programas estão sendo desenvolvidos em parceria com Associação Beneficente da Ind. Carbonífera De Santa Catarina - SATC.

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

Atendimento a Comunidade de Baixa Renda – O projeto baseou-se na doação de LFC's para substituição de lâmpadas incandescentes de 60W e 100 W, sendo realizada a distribuição de 5.550 unidades de LFC's de 15W/220V e 1.850 unidades de LFC's de 20W/220V, possuidoras do Selo PROCEL / INMETRO DE DESEMPENHO, totalizando 7.400 unidades. Foram entregues 04 (quatro) unidades de LFC's para cada consumidor residencial enquadrado no projeto, sendo também executada uma ação educativa junto a esses consumidores com o objetivo de divulgar o projeto, explicando a sua importância e seus benefícios, distribuindo material informativo e explicativo (folder / cartilha) contendo orientações sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica, promovendo o combate ao seu desperdício.

Tarifa social - Os consumidores monofásicos, com consumo de até 80 quilowatts/hora por mês, têm direito a participar do programa residencial baixa renda na forma estabelecida pela Resolução nº 246 de 30/04/2002, com desconto na conta de luz por faixa de consumo, os descontos podem variar de 20% a 30% em relação ao valor da tarifa normal. Também gozam destes benefícios os consumidores residenciais com consumo entre 80 e 220 kwh que estejam inclusos nas condições previstas na resolução nº 485 de 29/08/2002.

Programa de estagiários - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. No ano de 2008 foram contemplados 07 estagiários.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2008

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

58

			2008			2007
			R\$ mil			R\$ mil
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			35.351			36.290
Sobra Operacional (SO)			2.958			1.174
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			4.597			4.157
			2008			2007
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	242	5,26	0,68	242	5,82	0,67
Encargos sociais compulsórios INSS/FGTS	1.075	23,38	3,04	959	23,07	2,64
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	160	3,48	0,45	160	3,85	0,44
Seguro de vida	14	0,30	0,04	10	0,24	0,03
Roupas Profissionais e transporte	36	0,78	0,10	34	0,82	0,09
TOTAL	1.527	33,20	4,31	1.405	33,80	3,87
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Doações e contribuições	80	2,70	0,23	66	5,62	0,18
Total de contribuições para a sociedade – ICMS	9.942	336	28,12	8.970	764	24,71
Tributos - excluídos encargos sociais	238	8,05	0,67	225	19,16	0,62
Tributos - PIS	42	1,42	0,12	40	3,40	0,11
Tributos - COFINS	196	6,63	0,55	185	15,76	0,51
TOTAL	10.260	346,75	29,02	9.261	788,78	25,51
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	SO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	251	8,49	0,71	164	13	0,45
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	176	5,92	0,50	148	12,60	0,41
TOTAL	427	14,41	1,21	312	25,60	0,86

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2008

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

59

	2008	2007
	Em unidades	Em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	102	95
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	31	28
2º grau	28	26
1º grau	43	41
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	31	27
De 30 até 45 anos (exclusive)	40	36
Acima de 45 anos	31	32
Admissões durante o período	11	5
Mulheres que trabalham na empresa	21	15
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	9,52	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	50,00	-
Negros que trabalham na empresa	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
Portadores de deficiência física	2	2
Dependentes	159	162
Estagiários	-	3
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7.602,14	6.950,00
Acidentes de trabalho	2	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2008 e 2007 foram:	Conselho de Administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Assembléia Geral	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Cipa	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **27 de março de 2009**, nas dependências da sede Social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211, nesta cidade de Içara, SC, às **16:00** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **17:00** horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às **18:00** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2008**, compreendendo:
 - a)- Relatório da Gestão;
 - b)- Balanço Patrimonial;
 - c)- Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
 - d)- Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2008.
- 3) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal **período 2009**.
- 4) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de Investimento para o exercício de 2009.
- 6) Plano de Aplicação dos Recursos do FATES.
- 7) Venda de bens do Ativo Imobilizado (veículos, móveis e imóveis).
- 8) Assuntos Gerais.

Observações:

- a) Para efeito de verificação de "quorum" a Cooperativa possui **29.907** associados.
- b) A Assembléia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia **28/03/2009** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes do item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia **28/03/2009**.
- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na 25 Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os Associados aptos a votar.
- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até às **17:30** horas do dia **17/03/2009**.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do **dia 16/03/2009**, na sede Social e através da internet no site www.cooperalianca.com.br.
- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- l) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **28/03/2009** não habilitam os associados a exercer direito de voto.
- m) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **27/03/2009**, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria.

Içara, SC, 13 de fevereiro de 2009.



PEDRO DEONIZIO GABRIEL
Presidente



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, realizada aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março do ano 2009 (dois mil e nove), na sede social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211 (duzentos e onze), nesta cidade em terceira e última convocação, às 18:00 (dezoito) horas, com a presença de 388 (trezentos e oitenta e oito) associados, conforme assinatura aposta no livro de presença. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: *O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo estatuto social, convoca os senhores associados para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia 27(vinte e sete) de março de 2009 (dois mil e nove), nas dependências da sede Social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211 (duzentos e onze), nesta cidade de Içara, Estado de Santa Catarina, às 16:00 (dezesesseis) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) de seus associados, às 17:00 (dezesete) horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às 18:00 (dezoito) horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1) (primeiro) Prestação de contas do conselho de administração acompanhada de parecer do conselho fiscal referente ao exercício de 2008 (dois mil e oito), compreendendo: a)- Relatório da Gestão; b)- Balanço patrimonial; c)- Demonstrativo das sobras apuradas no exercício; d)- Parecer do conselho fiscal. 2) (segundo) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2008 (dois mil e oito). 3) (terceiro) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2009 (dois mil e nove). 4) (quarto) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e delegados. 5) (quinto) Plano de investimento para o exercício de 2009 (dois mil e nove). 6) (sexto) Plano de aplicação dos recursos do FATES. 7) (sétimo) Venda de bens do ativo imobilizado (veículos, móveis e imóveis). 8) (oitavo) Assuntos gerais. **Observações:** a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui 29.907 (vinte e nove mil novecentos e sete) associados. b) A Assembleia geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia 28/03/2009 (vinte e oito de março de dois mil e nove) (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. c) As eleições constantes do item 03 (terceiro), deste edital, terão início às 08:00 (oito) horas e se encerrarão às 17:00 (dezesete) horas do dia 28/03/2009 (vinte e oito de março de dois mil e nove) d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), Içara – Centro, onde votarão todos os associados aptos a votar. e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o conselho fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até às 17:30 (dezesete e trinta) horas do dia 17/03/2009 (dezesete de março de dois mil e nove). f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº. (número) 31 (trinta e hum) do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. g) Os documentos a serem apreciados no item 01 (primeiro) da ordem do dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia 16/03/2009, (dezesesseis de março de dois mil e nove) na sede social e através da internet do site www.cooperalianca.com.br h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. k) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia 28/03/2009 (vinte e oito de março de dois mil e nove) não habilitam os associados a exercer direito de voto. Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia 27/03/2009 (vinte e sete de março de dois mil e nove), deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria. **Içara, SC, 13 (treze) de fevereiro de 2009 (dois mil e nove).** Pedro Deonizio Gabriel. Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o presidente Pedro Deonizio Gabriel cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os Srs. **Juscelino Dagostim**, Vice-presidente, **Severiano Antonio Valentim**, Secretário, **Maria Canever da Silva**, Coordenadora do Conselho Fiscal, **Tarcisio Lima**, Gerente Administrativo, **Sílvio Viana**, representante do prefeito municipal, **Valdemar Venturi**, representante da FECOERUSC e coordenador das eleições. Convidou, também, para compor a mesa os demais membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e os delegados representantes na Fecoerusc. Logo após o presidente solicitou à assembleia a aprovação do*



nome do Sr. Tarcisio Lima para orientar e assessorar os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, o presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta ata, bem como da carta circular expedida aos associados, e apresentou exemplar do jornal da Manhã e do Jornal a Tribuna todos do dia 13 (treze) de fevereiro de 2009 (dois mil e nove), comprovando a divulgação prevista no estatuto social. Iniciando os trabalhos, solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **primeiro item** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o presidente convidou o Sr. Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Sr. Daniel Vieira, Contador. Realizada a apresentação, o presidente solicitou à Sra. Maria Canever da Silva, Coordenadora do Conselho Fiscal, que fizesse a leitura do parecer do conselho fiscal referente às contas apresentadas. Lido o parecer que opinava pela aprovação das contas, o presidente abriu espaço para perguntas e debates sobre as contas, não tendo havido manifestações. Ato contínuo, o presidente solicitou à assembleia que definisse a forma de votação das contas do Conselho de Administração, determinando os presentes que a votação fosse realizada a descoberto. Para presidir a votação deste item primeiro, o presidente solicitou à assembleia que elegeisse um associado, tendo a escolha recaído sobre o Sr. Adalberto Pizzetti que, assumindo a presidência da assembleia, colocou em votação as contas do exercício de 2008 (dois mil e oito), que foram aprovadas por unanimidade de votos. Retornando à direção da assembleia, o presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **item segundo** da ordem do dia, que se refere à destinação das sobras do exercício de 2008 (dois mil e oito) no valor de R\$ 1.220.559,43 (hum milhão, duzentos e vinte mil e quinhentos e cinqüenta e nove reais e quarenta e três centavos). Após amplo debate, a assembleia aprovou por unanimidade a destinação de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) ao fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição e R\$ 220.559,43 (duzentos e vinte mil e quinhentos e cinqüenta e nove reais e quarenta e três centavos) para o projeto de expansão da sede social. O secretário fez a leitura do **item terceiro** da ordem do dia no que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho fiscal. Informou que houve a apresentação de chapa única com os seguintes membros: **Conselho Fiscal – Efetivos: Quintino Pavei**, matrícula 6.342; **Hilário Dalmolin**, matrícula 2.978; **Vidal da Silva dos Santos**, matrícula 19.599; **Conselho Fiscal Suplentes: Antonio Albertino Mazzuchello**, matrícula 23.777; **Antonio Gomes Magagnin**, matrícula 17.854; **Anair Sartor Calegari**, matrícula 33.383. Informou, ainda, que a chapa foi apresentada cumprindo as determinações estatutárias, todos os candidatos apresentam as declarações exigidas por lei e expressam sua concordância em participar da chapa apresentada pelo associado Sr. Quintino Pavei. O presidente informou a todos que o Conselho de Administração, em reunião ordinária, homologou os nomes a serem submetidos à apreciação da assembleia e pediu que os presentes se manifestassem quanto a eventuais impedimentos, para providências de exclusão e substituição dos membros. Não tendo havido manifestação, a chapa apresentada foi aprovada por unanimidade pela assembleia para ser votada no dia 28 (vinte e oito) de janeiro de 2009 (dois mil e nove) no período compreendido entre 8:00 (oito) e 17:00 (dezesete) horas e, se eleita, empossada após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no **item terceiro** do edital de convocação. Em seguida, o presidente solicitou ao Secretário que fizesse a leitura do **item quarto** da ordem do dia que se refere à fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Apresentadas as propostas e colocadas em votação, a assembleia fixou os seguintes valores: R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinqüenta reais) de pró-labore ao presidente; b) R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) para a cédula de presença por comparecimento às reuniões ordinárias dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados junto à FECOERUSC, correspondendo a doze por cento do salário do presidente, conforme propôs o associado Sr. Valmor Rosso. A assembleia determinou ainda, que as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Delegados junto à FECOERUSC não serão remuneradas. Retomando a condução da assembleia, o presidente Pedro Deonísio Gabriel solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **item quinto** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2009 (dois mil e nove). Foi apresentado o plano que é peça integrante do relatório do balanço geral de 2008 e que prevê a aplicação de R\$ 1.868.000,00 (hum milhão, oitocentos e sessenta e oito mil reais). Esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi lido o **item sexto** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do FATES. Foi apresentada a prestação de contas da aplicação do FATES do exercício de 2008 (dois mil e oito), bem como a proposta de aplicação no exercício de 2009 (dois mil e nove). Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a prestação de contas de aplicação do Fates em 2008 (dois mil e oito) e foi aprovado



o plano de aplicação do FATES para o exercício de 2009 (dois mil e nove) com os seguintes beneficiários: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), à Fundação Social Hospitalar de Içara; R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à APAE – Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Içara; R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à EFIAS – Entidade Feminina de Assistência Social; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Cidadania em Ação; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Beneficente Esperança a Quem Necessita; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Comunidade Teatral Doutores da Paz; R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à Associação Beneficente Família Feliz; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Coral Balneário Rincão; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ao GIIV – Grupo Içara de Incentivo à Vida; R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à AREM - Associação Recreativa Esportiva Milenium; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ao Grupo de Canto da Fé Estrela Guia; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ao Grupo Folclórico La Montanara; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à UACI – União das Associações Comunitárias de Içara; R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à Associação Beneficente das Mulheres Voluntárias do Mirassol Balneário Rincão; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação do Movimento da Consciência Negra Chico Rosa; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Beneficente Amor e Ação; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à AMOVI - Associação Amor a Vida; R\$ 1.000,00 (hum Reais Mil), à Associação Coral Sol Nascente; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Coral Infantil Estrelas do Amanhã; R\$ 3.000,00 (três mil reais), à Associação de Bombeiros Comunitários de Içara; R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), à Associação Beneficente Berço dos Anjos; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Coral de Içara; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação de Artesões Frutos da Nossa Praia Rincão; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ao Centro de Recuperação Vida Jovem; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação dos Aposentados e Pensionistas de Içara; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento Recreativo Assistencial; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Associação Nosso Deus; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), à APACRI – Associação dos Amigos da Pastoral da Criança; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ao Clube de Pais e Amigos de Içara; R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), à Colônia de Pescadores Z – 33, Balneário Rincão; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), ao Instituto Desafio Jovem da Última Hora; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Pastoral da Esperança; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Pastoral das Samaritanas do Hospital São Donato; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Pastoral Social Paróquia São Donato; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Pastoral Vocacional Paróquia São Donato; R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ao PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), à Pastoral Familiar São Donato; R\$ 57.550,17 (cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais e dezessete centavos), ao Fundo Social, à disposição do Conselho de Administração para cumprir programas sociais; R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para capacitação dos funcionários e cursos de capacitação; R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o projeto de expansão da sede social da Cooperaliança. O secretário fez a leitura do **item sétimo** da ordem do dia que solicita autorização para venda de bens do ativo imobilizado (veículos e móveis e imóveis). Foi apresentada a relação dos referidos bens, onde constam: 01 (hum) Caminhão Ford F. 14.000, Branco, ano fabricação 2000, modelo 2000, placa MAY 6973, Chassis: 9BFXK84FXD032499; 1 (hum) Caminhão Chevrolet GMC 14-190, Branco, ano fabricação 2001, modelo 2001, placa MBI 3974, Chassis: 9BG774NJ01C708015; 1 (uma) pick-up Volkswagen Saveiro 1.6 Total Power, Branco, ano fabricação 2004, modelo 2004, placa MEG 7672, Chassis: 9BWEB05X34P086087; 1 (uma) pick-up Volkswagen Saveiro 1.6 Total Power, Branco, ano fabricação 2004, modelo 2005, placa MDW 2889, Chassis: 9BWEB05X45P058235; 1 (hum) caminhão Iveco Daily 50.13, Branco, ano fabricação 2006, modelo 2006, placa MDK 5443, Chassis: 93ZC5190168323693. Submetida à apreciação, foi aprovada a venda de todos os bens integrantes na relação acima citada. O secretário realizou a leitura do **item oitavo** que estabelece a discussão de assuntos gerais, oportunidade em que o associado Sr. Eloi Ramos Borges apresentou duas propostas a serem analisadas pelo Conselho: a) inscrição individual de candidatos para as eleições, ficando eleitos os mais votados; b) correção monetária da cota-parte do associado, quando se desliga da sociedade. O presidente agradeceu aos presentes comunicando que a assembleia continua em aberto até as 17:00 (dezesseis) horas do dia 28 (vinte e oito) quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 274 (duzentos e setenta e quatro) associados e apurou-se o seguinte resultado para a chapa única: 270 (duzentos e setenta) votos a favor; 03 (três) votos em branco; 01 (hum) voto nulo. O total de votantes coincide com o número de votos apurados registrado em relação apropriada contendo as assinaturas dos votantes. Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados os membros do conselho fiscal integrantes da chapa única, para o período 2009/2010: **Conselho Fiscal – Efetivos: Quintino Pavei**, brasileiro, casado, servidor



COOPERALIANÇA

Energia para o Desenvolvimento

público, portador da cédula de identidade nº 181.942, expedida pela SSP-SC, CPF 179.386.279-68, residente e domiciliado na Rua Cel. Marcos Rovaris, nº. 1.440, Bairro Primeiro de Maio, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820-000; **Hilário Dalmolin**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 262.747-7, expedida pela SSP-SC, CPF 008.842009-49, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n, Bairro Ponta do Mato, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820-000; **Vidal da Silva dos Santos**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 2.360.584, expedida pela SSP-SC, CPF 741.273.819-49, residente e domiciliado na Rua Jaguaruna, 684, Bairro Balneário Rincão, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820-000; **Conselho Fiscal Suplentes: Antonio Albertino Mazzuchello**, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 1.746.428, expedida pela SSP-SC, CPF 545.176.309-78, residente e domiciliado na Avenida Presidente Costa e Silva, s/nº, Bairro Centro, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820-000; **Antonio Gomes Magagnin**, brasileiro, casado, operador de carregadeira, portador da cédula de identidade nº 1.940.103, expedida pela SSP-SC, CPF 613.223.429-20, residente e domiciliado na Rua Manoel Antonio Maximiliano, 154, Bairro Vila Nova, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820-000; **Anair Sartor Calegari**, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 502.712, expedida pela SSP-SC, CPF 870.733.319-68, residente e domiciliada na Rua Maracujá, s/nº, Bairro Balneário Rincão, Município de Içara, Estado de Santa Catarina, CEP 88.820-000. Os eleitos para o Conselho Fiscal declaram que: a) *“não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade”*, b) *“não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral”*; c) *“não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a assembleia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário pelo presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembleia. “Declaramos para fins de registro que o texto acima transcrito é cópia fiel do contido no livro de atas nº. 03 das assembleias gerais da cooperaliança” às folhas nº. 54v, 55, 55v, 56, 56v, 57, 57v, 58, 58v, 59, 59v, 60 e 66v .

Içara, SC, 28 (vinte e oito) de março de 2009.

Pedro Deonizio Gabriel
Presidente

Severiano Antônio Valentim
Secretário

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral e Produção

Daniel Vieira - Departamento de Contabilidade

Supervisão

Tarcisio Lima – Gerente Administrativo

Hesmezenrik Giordani Nunes – Consultoria Useall

Colaboração

Edmilson Maragno - Departamento Técnico.

Janaina Barbosa Munaretto Pavei - Departamento Comercial

Valdirene Teixeira Cardoso – Departamento Financeiro

Francielle Schmoeller - Assessoria de Meio Ambiente

Claudia Rosane Ronualdo Alexandrino - CIPA - Comissão Interna de Prevenção a Acidentes

Tais Fernandes Pacheco – Departamento de comunicação.

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos

Auditoria

Muller Auditores Independentes S.S.

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 11.638/2007

Medida Provisória nº 449/08

Lei nº 5.764/1971

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Pronunciamentos técnicos - IBRACON

Ofício circular nº. 2.775/2008 SFF/ANEEL de 24/12/2008 e 127/2009 SFF/ANEEL de 16/01/2009

Estatuto Social da Cooperaliança.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software